

# Apresentação

A garantia dos direitos da criança e do adolescente está prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente como prioridade absoluta. Um dos órgãos mais engajados na observância dessa prioridade é o Ministério Público, por meio da atuação dos Promotores e Procuradores de Justiça, instituição essencial à defesa da ordem jurídica e à promoção dos direitos fundamentais dos cidadãos. A busca constante do Ministério Público, é no sentido de fazer com que os direitos das crianças e adolescentes sejam sempre concretizados, e com a preferência que merecem.

Tais iniciativas são realizadas pelo Ministério Público na certeza de que, se efetivarmos todos, órgãos públicos e

sociedade, os direitos dos quais são titulares as crianças e adolescentes, estaremos assegurando-lhes um desenvolvimento sadio e as bases para o pleno exercício da cidadania.

Nosso II Boletim Informativo traz matérias relacionadas à área da infância e juventude com especial destaque para os Termos de Cooperação Técnica e Operacional firmados entre o MP e outros órgãos da sociedade visando o adequado cumprimento dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Traz ainda notícias relacionadas à atuação dos Promotores de Justiça e servidores do Centro de Apoio às Promotorias da Infância e Juventude.

Boa leitura!

## Destaque

### CAOPIJ e CAOCRIM prestarão orientações à Polícia Rodoviária Federal

O Ministério Público Estadual (MPE) e o 2º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) no Tocantins firmaram Termo de Cooperação Técnica com a finalidade de dar efetividade às ações de fiscalização desenvolvidas nas rodovias federais que cortam o Estado. O termo foi assinado no dia 21 de agosto pelo Procurador-Geral de Justiça do Tocantins, Clenan Renaut de Melo Pereira, e o Chefe do 2º DPRF/TO, Marcos Valério Soares.

Com o acordo, as infrações de menor potencial ofensivo, atos infracionais leves praticados por adolescentes e os crimes previstos no Código de Trânsito poderão ter os Termos Circunstanciados de Ocorrência e Boletins de Ocorrência Circunstanciados lavrados pela PRF e encaminhados ao Juizado para as devidas providências, sem a necessidade de serem remetidos à Delegacia de Polícia.

Por intermédio do Centro de Apoio Operacional Criminal e do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude e o 2º Distrito de Polícia Rodoviária Federal, elaborarão conjuntamente, mediante a designação de representantes e no prazo de 60 dias, modelo a ser utilizado para a lavratura dos Termos Circunstanciados e Boletins de Ocorrência.

O procedimento deverá entrar em vigor nos próximos 90 dias, período em que os policiais passarão por capacitações realizadas pelo MPE. Nesse sentido, os Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (Caops) Criminal e da Infância e Juventude prestarão orientações à Polícia Rodoviária Federal, envolvendo a aplicação das Leis nº 9.099, de 26 de Setembro de 1995 e nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, abarcadas no Termo de Cooperação Técnica.

## Projeto “Pai Presente” - Ministério Público Tocantinense e Tribunal de Justiça Tocantinense firmam Termo de Cooperação Técnica e Operacional

O Ministério Público Tocantinense celebrou com o Tribunal de Justiça Tocantinense um Termo de Cooperação Técnica e Operacional visando a implantação do Projeto “Pai Presente” no Estado.

Pelo termo, ao Tribunal de Justiça ficou atribuída a tarefa de:

- mobilizar o Poder Judiciário, através das Diretorias dos Foros de todas as comarcas, com a cooperação dos Juízes das Varas da Família, Infância e Juventude, Juizados Especiais Cíveis e das Varas de Violência Doméstica, onde tais Varas estiverem instaladas, bem como toda a Rede Pública de Ensino dos níveis fundamental e médio, com o fim de dar execução ao projeto “Pai Presente”, que visa legalizar a situação de crianças e jovens sem paternidades estabelecidas em seus registros de nascimentos;
- fornecer ao Ministério Público do Estado do Tocantins as orientações necessárias ao desenvolvimento das atividades que lhe competirem para execução do Projeto “Pai Presente”;
- estabelecer as diretrizes necessárias à realização dos mutirões de audiências voltados ao atendimento das demandas alcançadas pelo projeto;
- expedir, por intermédio das Diretorias dos Foros das 42 Comarcas do Estado e de acordo com os dados do Censo Escolar 2009, as cartas de notificação aos alunos maiores e/ou às mães dos alunos cuja paternidade não tenha sido reconhecida para que compareçam na data, hora e local indicados;

Ao Ministério Público, de posse das informações remetidas pelas ações do projeto “Pai Presente” e pelos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais, bem como de outras notícias, obtidas por outras

vias, relacionadas à inexistência do nome do pai nos registros de nascimento ficou a tarefa de:

- cadastrar em seu sistema de dados as situações identificadas, relativas à falta do nome do pai nos registros de nascimento;
- instaurar Procedimento Administrativo Individualizado a cada situação verificada, tendo por objetivo colher dados que possam indicar o suposto genitor, visando ao reconhecimento dos seus filhos, tomando a termo suas declarações;
- orientar as mães acerca das consequências da paternidade responsável e do direito de seu filho saber a verdade sobre sua paternidade, da importância da figura paterna na criação do filho, incentivando a identificar o pai;
- identificando o pai, em sendo reconhecido espontaneamente a paternidade, elaborar Termo de Reconhecimento Voluntário, oportunidade em que ajustará a guarda, os alimentos e as visitas ao filho reconhecido, submetendo-o a posterior homologação judicial;
- quando houver negativa de identificação de suposto pai na hipótese de considerar improcedentes as justificativas apresentadas pela genitora, utilizar os meios disponíveis para conhecimento da figura paterna, buscando, se preciso, outras informações ligadas ao caso por meio da oitiva de familiares, parentes e amigos da mãe e da criança;
- encaminhar à Defensoria Pública do Estado do Tocantins os casos que, por dúvida, ausência, ou desconhecimento das informações inerentes ao pai da criança, não se possa estabelecer a identidade do genitor e viabilizar a sua inclusão no assento de nascimento;
- ajuizar ação de adoção na hipótese de ser detectada situação de paternidade sócio efetiva;

- estimular a aproximação e a cooperação de parcerias entre os municípios e comunidade local, visando obter, em especial dos profissionais das áreas de saúde e da educação, apoio e orientação às genitoras sobre a importância da presença dos pais na vida dos filhos, desde a gestação até o final da adolescência.

Acredita-se que nestas audiências designadas pelos juízes, já se alcance um número considerável de reconhecimentos espontâneos de paternidade, restando aos Promotores de Justiça a tomada de providências quanto aos casos não resolvidos.

O acompanhamento do cumprimento do Termo de Acordo ficou a cargo do Cen-

tro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude, que de imediato, através de seu coordenador, o Promotor de Justiça Sidney Fiori, sugeriu aos promotores de justiça, com atuação na área da Infância e Juventude a verificação junto ao Juiz de Direito do Fórum de sua Comarca acerca da expedição das cartas de notificação supracitadas.

O Ministério Público, através do CAOPIJ, espera com esta ação resguardar mais que o direito ao nome, o direito à dignidade, inerente a todo ser humano, em especial àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade.

## Participações

### Ministério Público do Tocantins participa de 1º Encontro sobre Trabalho Infantil no Brasil, realizado em Brasília.

Os dados do Ministério do Trabalho e Emprego apontam para uma difícil realidade: o crescente número de crianças e adolescentes brasileiros que trabalham. Para discutir a questão, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) reuniu no dia 22 de agosto, em Brasília, cerca de 150 pessoas, entre membros do Ministério Público nos estados, do Ministério Público do Trabalho e Federal, juízes e fiscais do Trabalho vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego com o objetivo de debater estratégias de combate ao problema.

Quatro áreas prioritárias foram foco do encontro: trabalho infanto-juvenil doméstico, trabalho infanto-juvenil artístico, trabalho infanto-juvenil esportivo e autorizações judiciais para o trabalho infantil. O membro-auxiliar do CNMP Carlos Martheo Guanães explicou que muitas

autorizações são concedidas em situações extremas e levam em consideração questões como a situação sócio-econômica da família e a época de colheitas e das safras. “São momentos em que a renda familiar aumenta com o apoio das crianças no trabalho de catar caranguejos em mangues, quebrar cocos e separar sementes, por exemplo. Mas isso prejudica o desenvolvimento integral dessas crianças”, afirmou.

Vale lembrar que a Constituição Federal veda claramente trabalho para crianças com menos de 14 anos de idade, possibilitando a atuação como aprendiz apenas dos 14 aos 16 anos, e permitindo o trabalho regular para os que têm mais de 16 anos, observados requisitos específicos como trabalho não-penoso e não-noturno, por exemplo.

O Ministério Público Estadual do Tocantins esteve presente no evento representado pelo Promotor de Justiça da Infância da Comarca de Pedro Afonso, Luiz Antônio Francisco, segundo o qual “O encontro foi muito proveitoso, principalmente para conhecer a realidade de outros lugares do Brasil acerca do tema”.<sup>1</sup>

### **CAOPIJ participa da 9ª conferência nacional dos direitos da criança e do adolescente**

A 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente foi realizada entre os dias 11 e 14 de julho de 2012 em Brasília, com objetivo de debater a Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Apresentou como discussão central o tema “Mobilizando, implementando e monitorando a política e o plano decenal de direitos humanos de crianças e adolescentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios”.

As principais propostas aprovadas na Conferência, individualizadas por eixo, podem ser consultadas no endereço eletrônico: <http://9cndca.sdh.gov.br/plenariasporeixo.asp>.

O Tocantins participou com uma delegação composta por cerca de 75 pessoas. Dentre os participantes, 23 adolescentes representaram o Estado como delegados e outros 02 como educadores.

O Ministério Público Estadual também se fez presente na Conferência com a participação da Servidora do CAOPIJ, Julane Marise Gomes da Silva. Segundo a servidora, “o evento é considerado entre todas as instituições que compõem a Rede de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes de grande importância para a sociedade, uma vez que conclama Estado, sociedade e família, para avaliar, monitorar e construir, coletivamente, de

forma participativa, as políticas voltadas para a garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, mas, principalmente, por ser uma política construída com o protagonismo das próprias crianças e adolescentes”. Durante a organização surgiram dois grupos de adolescentes o G-5 (representantes da cinco regiões do País) e o G-27 (representantes dos 27 Estados e Distrito Federal). “Foi um momento histórico de participação dos adolescentes brasileiros na construção de políticas públicas que afetarão diretamente suas vidas”, afirma a servidora.

### **CAOPIJ participa de Encontro sobre Educação do Campo em Palmas – TO.**

Aconteceu nos dias 13, 14 e 15 de Agosto, a 8ª edição do Programa de Desenvolvimento do Profissionais da Educação do Campo (Proed-Campo), desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Palmas. O evento focalizou a questão da sustentabilidade, com o tema “Educação do Campo, Tecnologia e Sustentabilidade”.

Na abertura oficial as atividades do PROED-CAMPO, contou com a palestra “O Papel da Educação do Campo e os Movimentos Sociais”, ministrada pelo professor Miguel Gonzales Arroyo, PHD em Educação. O Ministério Público se fez presente nas discussões e debates ocorridos durante o evento, através da participação da Servidora Cleivane Peres dos Reis, analista ministerial especializada em Educação do CAOPIJ, doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – SP, que desenvolve um estudo sobre as políticas públicas de educação do campo no Estado e suas implicações na vida de crianças, jovens e adultos.

<sup>1</sup>Dados do IBGE/ PNAD 2009, informavam que o Tocantins ocupava o 1º lugar no ranking nacional de crianças trabalhando na faixa etária de 5 a 17 anos. Eram 54.994 crianças e adolescentes no trabalho infantil, o que correspondia a 15,75% da população nesta faixa-etária. Se considerarmos a faixa etária de 5 a 14, em que não é permitido nenhum tipo de atividade profissional, este dado é de 21.864 crianças e adolescentes.

Um dos mais conceituados especialistas em educação do campo, o professor Miguel Gonzales Arroyo, proferiu a palestra de abertura do Programa de Desenvolvimento dos Profissionais da Educação do Campo (Proed), ressaltando que um dos grandes educadores do campo são os movimentos sociais, uma vez que, segundo ele, são os movimentos sociais

do campo que estão a colocar na agenda política dos governos, da sociedade e dos cursos de formação dois pontos básicos, considerados centrais na discussão do tema: o reconhecimento do direito dos diversos povos do campo à educação e a urgência do Estado assumir políticas públicas que garantam esse direito.

## Atuações

### **Ação de Execução Provisória visa assegurar tratamento de drogadição à adolescente em Araguaína**

MP requisita Execução Provisória (autos da ACP nº 2011.004.2229-7/0) em face do Município de Araguaína, afim de assegurar tratamento de drogadição para adoelescente, na rede pública ou privada, em regime de internação”, sobre pena de bloqueio de verba pública. A ação foi proposta pelo Promotor de Justiça Sidney Fiori, da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, em 20 de Junho de 2012.

### **Prevenção à exploração sexual de imagens de adolescentes na Comarca de Araguaína**

Considerando a existência de grande exploração da imagem de crianças e adolescentes nos meios de comunicação, em Julho deste ano a Promotoria de Justiça de Araguaína, através da Portaria de nº 03 de 2012, instaurou Procedimento Preparatório, visando promover medidas necessárias para prevenção à exploração sexual da imagem de crianças e adolescentes pelos meios de comunicação na Comarca.

### **Recomendação Ministerial busca assegurar disposto no ECA sobre participação de crianças e adolescentes em Espetáculos Públicos e Concursos de Beleza**

Considerando o disposto no art. 149 do ECA e a Portaria Judicial nº 02/2009, que estabelecem entre outras coisas que a participação de crianças e adolescentes em espetáculos públicos e certames de beleza, depende da autorização judiciária, e, ainda, a notícia de fato referente à realização do concurso de beleza “Garota Verão”, em Araguaína, a Promotoria de Justiça de Araguaína recomendou aos realizadores do evento, a Rádio Tocantins FM a onservância do disposto nas referidas normas legais e a adoção das devidas providências para sanar as eventuais irregularidades, providenciando o competente alvará judicial. Trata-se pois, de medida, que busca prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos de crianças e adolescentes.



## **ACP em face do Estado do Tocantins busca adequar funcionamento do CEIP-SUL de Gurupi**

A Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Gurupi impetrou neste ano de 2012, ACP em face do Estado do Tocantins, visando assegurar adequações do Centro de Internação Provisória de Gurupi – CEIP Sul, em atendimento ao que estabelece a legislação.

## **Servidores do Caopij realizam vistorias Educacionais nos municípios de Palmeirante e Araguaína.**

Em atendimento às solicitações dos Promotores de Justiça Tarso Rizo e Sidney Fiori, a equipe do Caopij deslocou-se, no mês de Junho, até os municípios de Palmeirante e Araguaína para realização de Vistorias Educacionais nas unidades escolares das redes municipais e estaduais de educação. Trata-se da finalização de um trabalho iniciado ainda no ano de 2011, de fiscalização da educação em todos os municípios que compoem as comarcas de Araguaína e Filadélfia.

O resultado deste trabalho, que se orienta por 04 eixos: a) Infra-estrutura; b) Materiais Didático-pedagógicos e Formação dos Educadores; c) Transporte; e, d) Merenda Escolar, aponta para um descaso profundo do Poder Público com o direito de crianças e adolescentes a uma educação pública de qualidade.

Entre outras, as irregularidades mais frequentes encontradas nas vistorias estão relacionadas à:

1. Não atendimento à demanda por Educação Infantil e ao disposto nas diretrizes que orientam a sua oferta e implementação.
2. Oferta de forma inadequada do Ensino Fundamental de 09 anos, evidenciado através de adaptações precárias e grosseiras dos espaços transformados em salas de aulas destinadas às crianças de 06 anos, bem como aos alunos do 9º ano,

e, pela ausência de novas construções ou aquisição de equipamentos para o atendimento a estas crianças e adolescentes.

3. Absoluto descumprimento da legislação no que se refere à qualidade do transporte escolar para estudantes, caracterizado pelo não atendimento ao que preconiza o Código de Trânsito Brasileiro (ver arts. 136 e 138 do CTB).
4. Inexistência ou mal funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação e/ou Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, ficando evidente nos Conselhos existentes o desconhecimento de sua função social e das atribuições afetas aos seus membros, bem como desconhecimento da existência dos Conselhos e /ou dos seus representantes pela comunidade escolar.
5. Precárias condições, na maioria das escolas, de armazenamento e beneficiamento da alimentação escolar, bem como a falta de capacitação das merendeiras e não utilizam de produtos da agricultura familiar local, evidenciando o não cumprimento da Lei 11.947/2007 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica. (ver artigo 2º da Lei 11.947/2007).
6. A absoluta precariedade da infraestrutura das escolas na zona rural, expressa na péssimas condições da estrutura física, na ausência de equipamentos, de material didático-pedagógico e desportivo, de materiais de higiene e, ainda, de recursos humanos qualificados, bem como na inexistência de Projetos Políticos Pedagógicos que contemplem as especificidades da Educação do Campo; representando uma violação sem precedentes do direito de crianças e adolescentes que vivem no campo à educação pública, gratuita e de qualidade, conforme explicita nossa CF/88 e outras normas legais, a exemplo da LDB – 9394/96 e das Diretrizes

Operacionais para Educação do Campo (ver RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008 da CEB do CNE).

7. Falta de planejamento estratégico e má qualidade dos serviços relacionados à gestão de pessoas, à gestão financeira e à gestão pedagógica das escolas, repercutindo, de forma negativa, diretamente no processo de ensino-aprendizagem.

Diante do triste panorama que as vistorias educacionais nos municípios tem permitido construir, as Promotorias de Justiça com atuação na área da Infância e Juventude tem procurado aplicar as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, reafirmando o direito à educação como um direito fundamental de crianças e adolescentes, notadamente como sendo aquele que maior possibilidades tem de garantir um futuro melhor para as gerações presentes e porvir.

Para solicitar a realização de Vistorias Educacionais, os Promotores de Justiça devem entrar em contato com o CAOPIJ, através do Telefone (63) 3216-7638 ou do e-mail: caopij@mp.to.gov.br

### **Caopij faz diagnóstico/levantamento da situação dos Programas de Proteção Social de Crianças e Adolescentes no Estado**

No mês de julho, o Caopij em parceria com a Escola de Conselhos, encaminhou às Promotorias de Justiça e aos Conselhos Tutelares um questionário sobre a situação da política pública de proteção à criança e ao adolescente nos 139 municípios do Estado.

O formulário continha questões relacionadas ao atendimento à criança e ao adolescente, a existência e funcionamento dos Conselhos Municipais de Direitos da criança e do adolescente, do Fundo Municipal para Infância e Adolescência e do Conselho Tutelar. Questionava, ainda, a existência de:

- previsão orçamentária de recursos públicos específicos para infância e adolescência;
- serviços públicos (programas e/ou projetos) para execução das medidas de proteção, de orientação, apoio e acompanhamento familiar;
- serviços públicos (programas e/ou projetos) de orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- serviços públicos (programas e/ou projetos) de educação infantil,
- serviços públicos (programas e/ou projetos) para inclusão em programas comunitários de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- serviços públicos (programas e projetos) para tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial,
- serviços públicos (programas e projetos) de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos (usuários de drogas),
- serviços públicos (programas e projetos) de acolhimento institucional e acolhimento familiar,
- serviços públicos (programas e projetos) de proteção à família, programas e projetos de encaminhamentos das famílias à cursos ou programas de orientação,
- serviço público (serviços, programas e projetos) de acompanhamento da frequência e aproveitamento escolar (programa evasão escolar: nota zero, acelera, outros),
- e, por fim, a existência de serviços públicos (programas e projetos) para atendimento à criança e famílias em situação de violência sexual, entre outros serviços.
- A partir deste diagnóstico será possível subsidiar os Promotores de Justiça nas iniciativas ministeriais de promoção de medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, para assegurar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes. No próximo boletim, o Caopij publicará os resultados deste trabalho.

## Jurisprudências

### Eca. poder normativo da autoridade judiciária. limites.

Nos termos do art. 149 do ECA (Lei n. 8.069/1990), a autoridade judiciária pode disciplinar, por portaria, a entrada e permanência de criança ou adolescente desacompanhados dos pais ou responsáveis nos locais e eventos discriminados no inciso I, devendo essas medidas ser fundamentadas, caso a caso, vedadas as determinações de caráter geral, ex vi do § 2º. REsp 1.292.143-SP, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 21/6/2012.

### Adoção póstuma. Família anaparental.

Para as adoções post mortem, vigem, como comprovação da inequívoca vontade do de cujus em adotar, as mesmas regras que comprovam a filiação socioafetiva, quais sejam, o tratamento do menor como se filho fosse e o conhecimento público dessa condição. Ademais, o § 6º do art. 42 do ECA (incluído pela Lei n. 12.010/2009) abriga a possibilidade de adoção póstuma na hipótese de óbito do adotante no curso do respectivo procedimento, com a constatação de que ele manifestou, em vida, de forma inequívoca, seu desejo de adotar. In casu, segundo as instâncias ordinárias, verificou-se a ocorrência de inequívoca manifestação de vontade de adotar, por força de laço socioafetivo preexistente entre adotante e adotando, construído desde quando o infante (portador de necessidade especial) tinha quatro anos de idade. Consignou-se, ademais, que, na chamada família anaparental – sem a presença de um ascendente –, quando constatados os vínculos subjetivos que remetem à família, merece o reconhecimento e igual status daqueles grupos familiares descritos no art. 42, § 2º, do ECA. Esses elementos subjetivos são extraídos da existência de laços afetivos – de quaisquer gêneros –, da congruência de

interesses, do compartilhamento de ideias e ideais, da solidariedade psicológica, social e financeira e de outros fatores que, somados, demonstram o animus de viver como família e dão condições para se associar ao grupo assim construído a estabilidade reclamada pelo texto da lei. Dessa forma, os fins colimados pela norma são a existência de núcleo familiar estável e a consequente rede de proteção social que pode gerar para o adotando. Nesse tocante, o que informa e define um núcleo familiar estável são os elementos subjetivos, que podem ou não existir, independentemente do estado civil das partes. Sob esse prisma, ressaltou-se que o conceito de núcleo familiar estável não pode ficar restrito às fórmulas clássicas de família, mas pode, e deve, ser ampliado para abarcar a noção plena apreendida nas suas bases sociológicas. Na espécie, embora os adotantes fossem dois irmãos de sexos opostos, o fim expressamente assentado pelo texto legal – colocação do adotando em família estável – foi plenamente cumprido, pois os irmãos, que viveram sob o mesmo teto até o óbito de um deles, agiam como família que eram, tanto entre si como para o infante, e naquele grupo familiar o adotando se deparou com relações de afeto, construiu – nos limites de suas possibilidades – seus valores sociais, teve amparo nas horas de necessidade físicas e emocionais, encontrando naqueles que o adotaram a referência necessária para crescer, desenvolver-se e inserir-se no grupo social de que hoje faz parte. Dessarte, enfatizou-se que, se a lei tem como linha motivadora o princípio do melhor interesse do adotando, nada mais justo que a sua interpretação também se revista desse viés. REsp 1.217.415-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 19/6/2012.



## Execução de alimentos. Aplicabilidade do art. 475-J do CPC

A Turma decidiu ser possível a cobrança de verbas alimentares pretéritas mediante cumprimento de sentença (art. 475-J do CPC). Sustentou-se que, após a reforma processual promovida pela Lei n. 11.232/2005, em que se buscou a simplificação do processo de execução, há de se conferir ao artigo 732 do CPC – que prevê rito especial para a satisfação de créditos alimentares – interpretação consoante a urgência e a importância da execução de alimentos. Assim, tendo como escopo conferir maior celeridade à entrega na prestação jurisdicional, devem ser aplicadas às execuções de alimentos as regras do cumprimento de sentença estabelecidas no art. 475-J do CPC. REsp 1.177.594-RJ, Rel. Min. Massami Uyeda, julgado em 21/6/2012.

## Paternidade socioafetiva. Interesse do menor

O registro espontâneo e consciente da paternidade – mesmo havendo sérias dúvidas sobre a ascendência genética – gera a paternidade socioafetiva, que não pode ser desconstituída posteriormente, em atenção à primazia do interesse do menor. A Min. Relatora consignou que, no caso, apesar de lamentável a falta de convivência entre o pai e a criança, tal situação não é suficiente para rediscutir o registro realizado de forma consciente e espontânea. Ressaltou, ainda, que o reconhecimento de inexistência de vínculo genético não pode prevalecer sobre o status da criança (gerado pelo próprio pai registral há mais de 10 anos), em atenção à primazia do interesse do menor. Ademais, a prevalência da filiação socioafetiva em detrimento da verdade biológica, no caso, tão somente dá vigência à cláusula geral de tutela da personalidade humana, que salvaguarda a filiação como elemento fundamental na formação da identidade do ser humano. Precedente citado: REsp 1.259.460-SP, DJe 29/6/12. REsp 1.244.957-SC, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 7/8/2012.

Para refletir...

